

Ferramenta de Due Diligence

Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte

Cláudia Costa de Araújo Fusco
Controladora-Geral Adjunta do Município

CONTROLADORIA



PREFEITURA
BELO HORIZONTE



Conaci



52º RTC

Florianópolis | SC

Contexto:

Decreto nº 18.337/2023: Política Municipal de Integridade (Objetivo fundamental: fomentar o gerenciamento dos riscos associados a terceiros com os quais a administração pública mantenha relação contratual ou comercial)

Lei Municipal nº 11.557/2023 - Torna Obrigatória Avaliação de Integridade na Administração Pública Municipal

Decreto nº 18.609/2024 - Regulamenta a Avaliação de Integridade prevista na Lei 11.557/2023

CONTROLADORIA



PREFEITURA
BELO HORIZONTE



Conaci



CGE



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS
CONTROLADORIA-GERAL

52º RTC

 Florianópolis | SC

Pregão Eletrônico nº 97007/2024

Objeto: Prestação de serviços de disponibilização de ferramenta (Software) de Due Diligence, comercializado em formato As a Service (SAAS), visando a realização de consultas de informações de pessoas físicas e jurídicas, em bancos de dados com fontes públicas, permitindo a emissão de relatórios com fontes score de riscos, além de treinamento e suporte técnico.

CONTROLADORIA



PREFEITURA
BELO HORIZONTE



Conaci



CGE



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS
CONTROLADORIA-GERAL

8.6.2.6. Valor unitário do serviço, por consulta, discriminando também o valor mensal/anual para utilização da plataforma, considerando a estimativa de 100 consultas por mês e 1.200 consultas por ano, conforme demanda estimada no ETP:

8.6.2.6.1. Em relação ao valor total mensal/anual para implementação / utilização da plataforma: considerar o custo total, conforme volumetria inicial de consultas/ano informada acima, cotado em Reais e expressos em até 02 (duas) casas decimais, incluindo todos os tributos, taxas, mão-de-obra, alimentação e deslocamento da equipe de trabalho, encargos trabalhistas, implantação / ativação da plataforma, treinamento, suporte técnico, manutenção e atualização da plataforma / ferramenta durante toda a vigência contratual, custos previdenciários, fiscais e comerciais e quaisquer outros encargos necessários ao cumprimento total da obrigação, ficando certo e esclarecido que a Contratante não se responsabilizará por quaisquer ônus ou despesas adicionais;

Proposta Comercial

ESCOPO	Qtde CPF/CNPJ consultados	Valor Mensal
Plano Business 100 análises / mês	até 1.000	R\$ 3.190

Total Mensal: R\$ 3.190

Cada Análise engloba até 10 CPFs/CNPJs relacionados (sócios e empresas do grupo) sem cobrança adicional

- Contrato de 12 meses
- Até 10 usuários
- Análises adicionais R\$ 31,90

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97007/2024

PROCESSO Nº 01.011.629/24-80

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTA (SOFTWARE) DE DUE DILIGENCE, COMERCIALIZADO EM FORMATO AS A SERVICE (SAAS), VISANDO A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DE INFORMAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, EM BANCOS DE DADOS COM FONTES PÚBLICAS, PERMITINDO A EMISSÃO DE RELATÓRIOS COM SCORE DE RISCOS, ALÉM DE TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, PARA O PERÍODO DE 1 (UM) ANO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

A Pregoeira designada pelo ato de nomeação, no uso de suas atribuições legais, após a abertura das propostas eletrônicas e o encerramento da etapa de lances, julgou:

Item (1) – SOFTWARE COMO SERVIÇO – SAAS

Em 05/04/2024 o licitante 3STRUCTURE IT LTDA foi o arrematante do lote com o valor global ofertado de R\$38.280,00 (Trinta e oito mil, duzentos e oitenta reais).

Examinada a aceitabilidade da proposta quanto à compatibilidade do preço apresentado com o praticado no mercado e o valor estimado para esta contratação, confirmou-se a classificação da proposta da empresa supracitada.

Verificada a documentação desta empresa, confirmou-se sua habilitação.

Encerradas as fases de julgamento e habilitação, por ter atendido a todas as exigências editalícias, pelo critério de julgamento do menor preço do item, observadas as exigências do edital e seus anexos, em 02/05/2024 a Pregoeira julgou o licitante 3STRUCTURE IT LTDA vencedor no valor global de R\$38.280,00 (Trinta e oito mil, duzentos e oitenta reais), conforme proposta ajustada anexa aos autos.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 38.280,00 (Trinta e oito mil, duzentos e oitenta reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor constante no item 5.1 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos serviços efetivamente prestados, conforme regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1. O recebimento/medição, liquidação, prazo e forma de pagamento serão efetuados conforme regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Dados Pessoa Jurídica

Socioambiental: Informações e emissão de certidões ambientais e trabalhistas para verificação de conformidade do indivíduo

Nome da Consulta	Fonte de Dados	Descrição	Status
CND - Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Consulta pública de áreas embargadas, autos de infração e emissão de certidão do Ibama, disponível no site do órgão.	Online
CND Trabalhista	Tribunal Superior do Trabalho	Certidão Negativa do Tribunal Superior do Trabalho	Online
CND - FGTS	Caixa Econômica	Consulta FGTS na Caixa Econômica Federal (CEF)	Online
CND - MTE	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Certidão Negativa de débitos trabalhistas no Ministério do Trabalho e Emprego	Online
Licenças e Autorizações	Diversas	Órgãos e instituições oficiais do governo, como a ANP, a ANVISA, o IBAMA, a ANTT, a CADASTUR e outras mais.	Setup
CTF - IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) e Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA).	Setup

Integridade Cadastral: Informações sobre regularidade do CNPJ nos órgãos competentes

Nome da Consulta	Fonte de Dados	Descrição	Status
Consulta CNPJ na RF	Receita Federal (RF)	Verificação de regularidade do CNPJ na Receita Federal (RF)	Online
Indicador de Atividade	Diversas	Identifica se a pessoa jurídica continua ativa e operante no mercado, retornando informações que incluem desde a estimativa de faturamento e a quantidade de funcionários até elementos relacionados com as passagens do CNPJ, como se o CNPJ possui algum endereço recente, e se a empresa tem ou não um site.	Online
Dados Profissionais	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Histórico de RAIS do MTE	Online
Histórico de Dados Cadastrais	Diversas	Históricos de modificações de nome, regime de taxa e CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), bem como uma série de informações agregadas como a idade atual da empresa, total de modificações ao longo do tempo, última modificação capturada, entre outras.	Online
Alvarás de Funcionamento	Prefeituras	Alvarás das Prefeituras de Balneário Camboriú, São Paulo, Curitiba e Florianópolis	Online
Endereço	Diversas	Validação cadastral do endereço residencial ou comercial	Online
INPI - Marcas e Patentes	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	Busca de registro de marcas e patentes. <u>Ressaltamos que não estão inclusos os registros de software.</u>	Online
Sintegra	SEFAZ	"Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços" da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) - (SP, PR, RS, MG, RJ, ES, AL, GO, PE, MA, BA, DF)	Setup

Reputacional: Informações que impactam na reputação e idoneidade do terceiro, mídias, lavagem de dinheiro ou presença em listas restritivas nacionais e internacionais

Nome da Consulta	Fonte de Dados	Descrição	Status
Doações Políticas	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	Verificação de doações eleitorais por partido ou candidato	Online
Mídias Negativas	Diversas	Filtros pré fixados de termos vinculados a PLD, processos e KYC em geral. Pesquisa em motores de busca sobre notícias referentes ao CPF/CNPJ de forma geral (permite criação de filtros)	Online
Sanções e Restrições		Consulta a Pessoas Politicamente Expostas (PEP) [originadas de cruzamento de bases públicas como Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal de Contas da União (TCU), Portal da Transparência e outras], CVM - Alerta Suspensão, CVM - Penalidade Temporária, CVM - Termo Compromisso, Banco Central - Inabilitados, Embargos do Ibama, Listas Internacionais como OFAC, EU, GOV UK, FBI, INTERPOL, UNSC, Listas Nacionais como CEAF, CNEP, MTE (Trabalho Escravo), Conselho Nacional de Justiça, CEIS, CEPIM, Lista de Licitantes Inidôneos - TCU, Acordos de Leniência (Controladoria-Geral da União), Processo Administrativo e Disciplinar (BSM Supervisão), Impedidos de Licitar e Contratar Banco, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.	Online
Processos Judiciais	BigData	Bigdata da Kappi com mais de 600 milhões de processos	Online
Contas Julgadas Irregulares do TCU	Tribunal de Contas da União	Emissão da CND de Contas Irregulares do TCU, que disponibiliza o nome de quem teve as contas julgadas irregulares pelo TCU em decisões já transitadas em julgado. Esta consulta é comumente utilizada em processos licitatórios e verificação de integridade de fornecedores.	Online
Domínios Eletrônicos	Diversas	Lista todos os sites (ou "domínios eletrônicos") que a empresa possua o registro, ativos ou não. Ajuda a confirmar o cadastro e idoneidade dos terceiros, principalmente fornecedores.	Online
Processos Adm Sancionadores na BSM	BSM - Supervisão de Mercados	Consulta em tempo real o site da BSM Supervisão de Mercados, para verificação de possíveis restrições no mercado financeiro, importante para prevenção à lavagem de dinheiro	Online
Improbidade Adm e Inelegibilidade	CNJ	Consulta em tempo real o Conselho Nacional de Justiça a fim de encontrar qualquer registro de processo vindo de improbidade adm e inelegibilidade	Online

52º RTC

Florianópolis | SC

Crédito: Informações fiscais, estimativas estatísticas de renda e faturamento, protestos, consulta em birôs de crédito e outras que apoiam áreas de aprovação de crédito

Nome da Consulta	Fonte de Dados	Descrição	Status
CND - Débitos Estaduais	Secretarias da Fazenda	Eventuais débitos vinculado a Fazenda de cada Estado	Online
CND Dívida Ativa - PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	Dívida Ativa da União ou Débitos na Receita Federal	Online
Lista de Devedores da PGFN	Regularize	Consulta no Regularize, site que compila débitos fiscais e dívida ativa da União. Traz a natureza e valores da dívida.	Online
Dívida Ativa Inscrita - PGE/SP	Procuradoria Geral do Estado de São Paulo	Dívida Ativa Inscrita no portal do contribuinte da PGE/SP	Online
Análise de crédito	PROSCORE	Consulta ao birô de crédito, que traz informações como estimativa de renda e faturamento, dívidas bancárias, protestos, consulta de cheques sem fundo (CCF) e mais	Setup

Dados Pessoa Física

Integridade Cadastral; Informações sobre regularidade do CPF nos órgãos competentes

Nome da Consulta	Fonte de Dados	Descrição	Status
Consulta CPF na RF	Receita Federal (RF)	Consulta de regularidade do CPF na Receita Federal (RF)	Online
Dados Profissionais	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Histórico de RAIS do MTE	Online
Conselhos de Classe	Sites dos conselhos	OAB, CREA, CFM...	Online
Endereço	Diversas	Validação cadastral do endereço residencial ou comercial	Online
Avaliação de Endereço Comercial	Diversas	Identificação de endereços, residenciais ou comerciais para fins de validação de cadastro. <u>Ressaltamos que os dados de pessoa física não podem ser utilizados para outras finalidades.</u>	Online

Socioambiental; Informações e emissão de certidões ambientais e trabalhistas para verificação de conformidade do indivíduo

Nome da Consulta	Fonte de Dados	Descrição	Status
CND Trabalhista	Tribunal Superior do Trabalho (TST)	Certidão Negativa do Tribunal Superior do Trabalho	Online

Reputacional: Informações que impactam na reputação e idoneidade do terceiro, mídias, lavagem de dinheiro ou presença em listas restritivas nacionais e internacionais

Nome da Consulta	Fonte de Dados	Descrição	Status
Doações Políticas	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	Verificação de doações eleitorais por partido ou candidato	Online
Sanções e Restrições	Diversas	Consulta a Pessoas Politicamente Expostas (PEP) [originadas de cruzamento de bases públicas como Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal de Contas da União (TCU), Portal da Transparência e outras], CVM - Alerta Suspensão, CVM - Penalidade Temporária, CVM - Termo Compromisso, Banco Central - Inabilitados, Embargos do Ibama, Listas Internacionais como OFAC, EU, GOV UK, FBI, INTERPOL, UNSC, Listas Nacionais como CEAF, CNEP, MTE (Trabalho Escravo), Conselho Nacional de Justiça, CEIS, CEPIM, Inidôneos, Acordos de Leniência (Controladoria-Geral da União), Processo Administrativo e Disciplinar (BSM Supervisão), Impedidos de Licitar e Contratar Banco, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.	Online
Mídias Negativas	Motores de Busca	Pesquisa em motores de busca sobre notícias referentes ao CPF/CNPJ vinculadas a riscos reputacionais como lavagem de dinheiro e crimes	Online
Antecedentes Criminais	Polícia Federal (PF)	Antecedentes criminais emitidos pela PF	Online
Contas Julgadas Irregulares do TCU	Tribunal de Contas da União (TCU)	Emissão da CND de Contas Irregulares do TCU, que disponibiliza o nome de quem teve as contas julgadas irregulares pelo TCU em decisões já transitadas em julgado. Esta consulta é comumente utilizada em processos licitatórios e verificação de integridade de fornecedores.	Online
Processos Judiciais	Bigdata	Processos Judiciais Bigdata da Kappi com mais de 600 milhões de processos Online	Online

52º RTC

Florianópolis | SC

Crédito: Informações fiscais, estimativas estatísticas de renda e faturamento, protestos, consulta em birôs de crédito e outras que apoiam áreas de aprovação de crédito

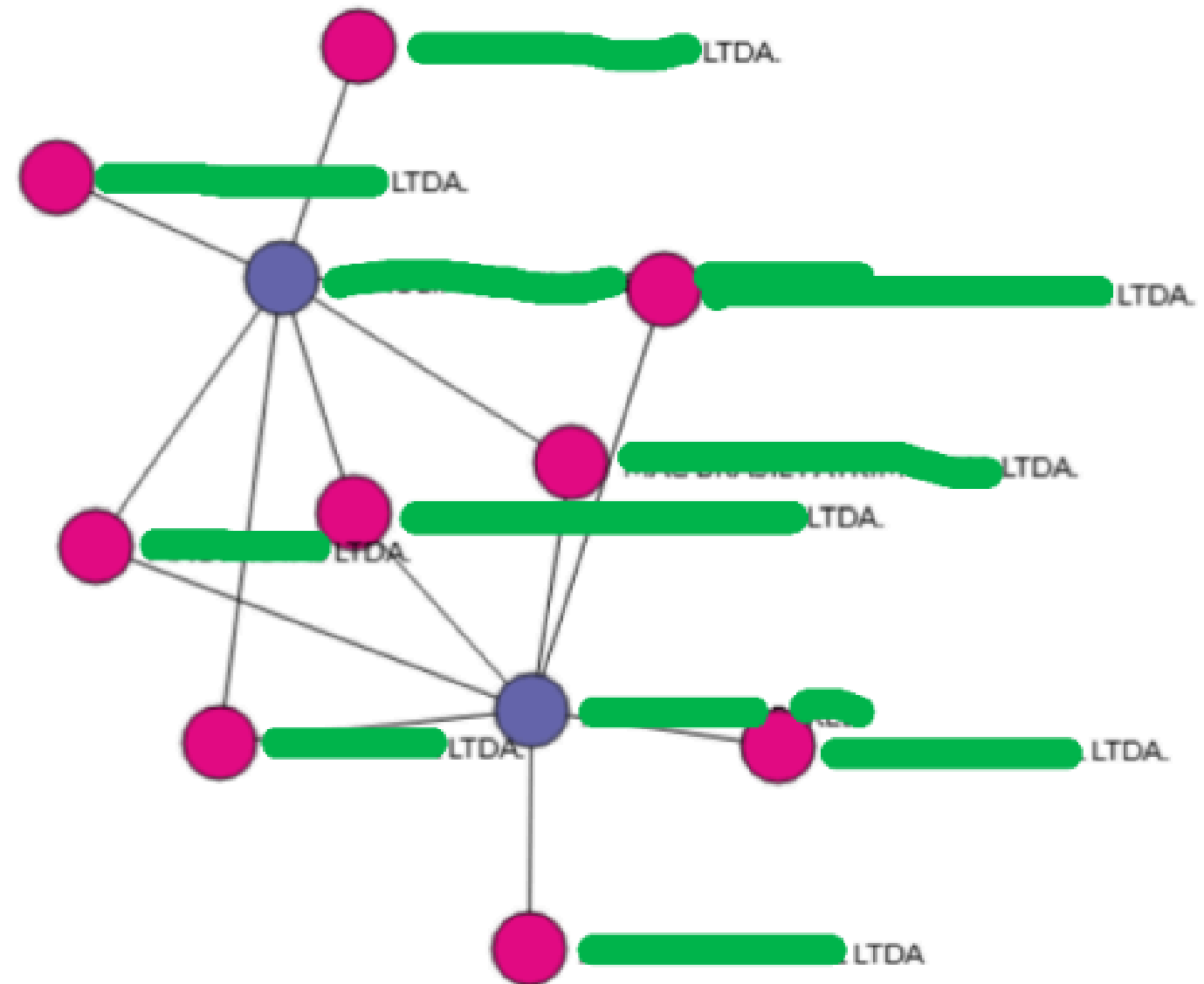
Nome da Consulta	Fonte de Dados	Descrição	Status
CND Dívida Ativa - PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	Dívida Ativa da União ou Débitos na Receita Federal	Online
Lista de Devedores da PGFN	Regularize	Consulta no Regularize, site que compila débitos fiscais e dívida ativa da União. Traz a natureza e valores da dívida.	Online
Informações Financeiras	Modelo Estatístico	Mecanismos de inferência com dados concretos extraídos de fontes públicas para tentar apresentar uma visão mais completa do indivíduo. Feito por modelo estatístico que considera variáveis de perfil do indivíduo com dados do IBGE, histórico profissional do MTE, participações societárias e restituição de imposto de renda.	Online
Probabilidade de Negativação	Modelo Estatístico	Modelo que diz se a pessoa tem uma probabilidade alta (acima de 70%) de estar inadimplente com algum compromisso financeiro ou de estar negativada em algum serviço de proteção ao crédito. Este flag é calculado através de um modelo de machine learning com base em dados públicos	Online
Análise de crédito	PROSCORE	Consulta ao birô de crédito, que traz informações como estimativa de renda e faturamento, dívidas bancárias, protestos, consulta de cheques sem fundo (CCF) e mais	Setup

Empresas/Pessoas pesquisados

9 Empresas 2 Pessoas

Lista de Relacionados

Painel



6

CNPJ/CPF
Alertas Críticos

0

CNPJ/CPF
Alertas Médios

Sócios do CNPJ pesquisado / Empresas do CPF pesquisado

CPF	Nome / Razão Social	Natureza Jurídica	Status
		Pessoa Física	
		Pessoa Física	

Outras empresas dos Sócios / Sócios do CPF pesquisado

CNPJ	Razão Social	Natureza Jurídica	Tipo - Município/UF	Status
		LTDA.		
		2062 - Sociedade Empresária Limitada		
		LTDA.		
		2062 - Sociedade Empresária Limitada		
		LTDA.		
		2062 - Sociedade Empresária Limitada		
		LTDA.		
		2062 - Sociedade Empresária Limitada		
		LTDA.		
		2062 - Sociedade Empresária Limitada		
		LTDA.		
		2062 - Sociedade Empresária Limitada		
		LTDA.		
		2062 - Sociedade Empresária Limitada		
		LTDA.		
		2062 - Sociedade Empresária Limitada		

Importante. Consultamos até o décimo CNPJ/CPF mais próximo relacionado.

52ª RTC

Florianópolis | SC

Grupo Econômico **Fontes** Processo Judiciais

Reputacional	2 Críticos	0 Risco médio	6 OK	◀
Sócio Ambiental	0 Críticos	0 Risco médio	3 OK	◀
Integridade Cadastral	1 Críticos	0 Risco médio	6 OK	◀
Crédito	1 Críticos	0 Risco médio	2 OK	◀

52ª RTC

Florianópolis | SC

Reputacional

3 Críticos

0 Risco médio

5 OK

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

OK

Status : Não foram encontrados Processos Administrativos para esta consulta.

[Documento Original](#)

Contas Irregulares - TCU

OK

Status : O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a). A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Emissão : Certidão emitida às 10:17:22 do dia 22/10/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

Código de Controle : XXXXXXXXXXXXXXXX

[Documento Original](#)

Processos Administrativos - BSM

OK

Status : Não foram encontrados Processos Administrativos Sancionadores para esta consulta.

[Documento Original](#)

Domínios Eletrônicos

OK

Sanções e Restrições

Alto

Possui PEP vigente : **false**
Sanções nos últimos 30 dias : **0**
Sanções nos últimos 90 dias : **0**
Sanções nos últimos 180 dias : **0**
Sanções no último ano : **0**
Foi PEP no último ano : **0**
Foi PEP nos últimos 3 anos : **0**
Foi PEP nos últimos 5 anos : **0**
Foi PEP em 5 anos ou mais : **0**
Histórico de Sanções

Fonte	Tipo	Sanção Vigente	Código Referência	Região	Nome Sancionado	Similaridade com o nome	Publicação	Data Referência	Descrição
ceis	Suspensão		SEI MG XXXX-XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX LTDA	100	Diário Oficial do Estado Seção Diário do Executivo Pagina 1	2/10/2023 3:00:00 AM	LEI 8666 - ART. 87 - ART. 87. PELA INEXECUÇÃO TO PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODE GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES:I - ADVERTÊNCIA

Notícias encontradas : 1
Notícias

://app.kappi.io/app/compliance/

/2024, 11:32

Kappi - Análise de dados simplificada.

Título da notícia	Envolvimento com GOV	Possui processo	Envolvimento	Operação	Atividade	Fonte da informação capturada	Tipo de suspeita	Data da notícia	UF	Região	Nome da pessoa encontrado	Nome exato	Citação
Empresas vão ter que	N	S	improbidade administrativa		EMPRESA	G1	Lavagem de Dinheiro	XXXXXX 00:00:00	MG		XXXXXXXXX ENGENHARIA	XXXXXXXXX ENGENHARIA	O Promotor E afirmou nesta Ministério Púl na obra do Xi XXXXXXXXX ressarciment valor...

INPI - Marcas e Patentes

OK

Quantidade de Marcas registradas : 0
Quantidade de Patentes registradas : 0
Data da consulta : 2024-10-22T13:14:39.11111111

Documento Kappi

Histórico de Dados Cadastrais

Baixo

Idade da empresa : 20
Total de Alterações Gerais : 10
Total de Mudanças de Nome : 2
Total de Mudanças de Regime Fiscal : 3

Ministério Público do Trabalho

Alto

Código Verificador :
Status : Foi selecionado o seguinte critério de pesquisa: CNPJXXXXXXXXXXCertificamos, a pedido do interessado, que até a presente data/hora, após pesquisa realizada nos registros eletrônicos de distribuição de procedimentos cadastrados no sistema MPT Digital, respeitado criteriosamente o parâmetro de pesquisa fornecido e contempladas as classes NOTÍCIA DE FATO, PROCEDIMENTO PREPARATORIO, INQUÉRITO CIVIL e PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS FINALÍSTICOS (PROMOCIONAIS, MEDIAÇÕES, ARBITRAGENS, ACOMPANHAMENTOS JUDICIAIS), que foram encontrados os procedimentos abaixo relacionados, em andamento ou arquivados, nas unidades da PRT 3ª Região:Ano de autuação Classe Número Partes no polo passivo Situação 2023 NFXXXXXXXXXXXXXXXXX/1XXXXXXXXXXXXXXXXX LTDA ARQUIVADO 2018 ICXXX LTDA ARQUIVADO
Observações:A presente certidão não abrange processos que não possuam dados correspondentes aos parâmetros indicados na pesquisa. As informações fornecidas nos parâmetros de pesquisa são de exclusiva responsabilidade do interessado/solicitante. Esta certidão não faz prova, por si só, de infrações trabalhistas. Para consultar o histórico, utilize o serviço de CONSULTA À MOVIMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS. Para peticionar nos procedimentos, utilize o serviço de PETICIONAMENTO ELETRÔNICO.Certidão Eletrônica gerada gratuitamente, via internet, em 22/10/2024, às 17:48:08. Verificação de autenticidade no link http://www.prt3.mpt.mp.br/index.php?option=com_mpt&view=certidaoneg Código 111111111111111111
Feitos Para Fins Gerais

Table with 5 columns: Ano de Autuação, Classe, Número, Partes do Polo Passivo, Situação. Rows include data for 2023 and 2018.

99 Contratações

32 RAIs com riscos baixos
43 RAIs com riscos médios
24 RAIs com riscos altos



Conaci



CGE



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS
CONTROLEADORIA-GERAL

RELATÓRIO DE RISCOS - Nº 17

EMPRESA AVALIADA

XXXXXXXX, CNPJ 08.xxx.xxx./0001-69

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....
2 – IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....
3 – AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE CADASTRAL
4 – AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....
5 - AVALIAÇÃO REPUTACIONAL
6 – AVALIAÇÃO DE CRÉDITO
7 – RELACIONAMENTO COM A PBH, UNIÃO E MG
8 – CONCLUSÕES.....
9 – ENCAMINHAMENTOS



Conaci



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS
CONTROLEADORIA-GERAL

ESCOPO: Realizar diligências externas e internas para complementação da análise de riscos das pessoas jurídicas classificadas com GRI ALTO durante o processo de Avaliação de Integridade, conforme determinação da Lei Municipal nº 11.557, de 26 de julho de 2023 e regulamentação do Decreto nº 18.609, de 18 de janeiro de 2024.

REFERÊNCIA: Designação SUTRANSP nº 001/2024 e contrato de prestação de serviço de organização/execução de congressos e eventos para a Secretaria Municipal de Educação, Lotes 01 e 07, Pregão 97.026/2024. Processo: 01.040.513/24-49 - Número Instrumento Jurídico: 01.2024.2200.0019

3 – AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE CADASTRAL

3.1. Consulta CNPJ na RF

- **Fonte de Dados:** Receita Federal (RF)
- **Descrição:** Verificação de regularidade do CNPJ.

✓ Em conformidade.

3.2. Indicador de Atividade

- **Fonte de Dados:** Diversas
- **Descrição:** Identifica se a pessoa jurídica está ativa e operante no mercado, incluindo estimativas de faturamento, quantidade de funcionários, e informações sobre o CNPJ.

Faixa de Quantidade de Funcionários : SEM VÍNCULOS

Faixa de Faturamento Estimado : ATE 50 MIL



Alerta. Devido ao não apontamento da faixa de quantidade de funcionários, pode haver indícios de que a empresa não possui funcionários.



Conaci



3.6. CND – MPT

- **Fonte de Dados:** Ministério Público do Trabalho / Sistema KAPPI
- **Descrição:** Certidão Negativa do Ministério Público do Trabalho (MG,SP,PR,RJ,RS,SC)

✓ Em conformidade. Não foram encontrados alertas nas fontes consultadas.

3.7. Programa de Integridade, Código de Ética ou Canal de Denúncias

- **Fonte de Dados:** Site da empresa e/ou redes sociais
- **Descrição:** Consulta a informações sobre o Programa de Integridade da empresa e a existência de canais de denúncias e código de ética



Alerta .Não foi encontrada página ou website da empresa. E em uma rede social encontrada, não há informações relevantes.

5.2 Sanções e Restrições:

- **Fonte de Dados:** Diversas / Sistema KAPPI
- **Descrição:** Consulta a Pessoas Politicamente Expostas (PEP) e listas restritivas nacionais e internacionais:

Consulta a Pessoas Politicamente Expostas (PEP) [originadas de cruzamento de bases públicas como Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal de Contas da União (TCU), Portal da Transparência e outras], CVM - Alerta Suspensão, CVM - Penalidade Temporária, CVM Termo Compromisso, Banco Central - Inabilitados, Embargos do Ibama, Listas Internacionais como OFAC, EU, GOV UK, FBI, INTERPOL, UNSC, Listas Nacionais como CEAF, CNEP, MTE (Trabalho Escravo), Conselho Nacional de Justiça, CEIS, CEPIM, Lista de Licitantes Inidôneos - TCU, Acordos de Leniência (Controladoria-Geral da União), Processo Administrativo e Disciplinar (BSM Supervisão), Impedidos de Licitar e Contratar Banco, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Alerta no KAPPI.

Fonte	Tipo	Sanção Vigente	Código Referência	Região	Nome Sanclonado	Similaridade com o nome	Publicação	Data Referência	Descrição
ceis	Impedimento/proibição de contratar com prazo determinado		21181001925202361	MG	RADC SERVICOS LTDA	100	Sem Informação	1/1/0001 12:00:00 AM	LEI 14133 - ART. 156, III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

5.2 Sanções e Restrições:

- **Fonte de Dados:** Diversas / Sistema KAPPI
- **Descrição:** Consulta a Pessoas Politicamente Expostas (PEP) e listas restritivas nacionais e internacionais:

Consulta a Pessoas Politicamente Expostas (PEP) [originadas de cruzamento de bases públicas como Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal de Contas da União (TCU), Portal da Transparência e outras], CVM - Alerta Suspensão, CVM - Penalidade Temporária, CVM Termo Compromisso, Banco Central - Inabilitados, Embargos do Ibama, Listas Internacionais como OFAC, EU, GOV UK, FBI, INTERPOL, UNSC, Listas Nacionais como CEAF, CNEP, MTE (Trabalho Escravo), Conselho Nacional de Justiça, CEIS, CEPIM, Lista de Licitantes Inidôneos - TCU, Acordos de Leniência (Controladoria-Geral da União), Processo Administrativo e Disciplinar (BSM Supervisão), Impedidos de Licitar e Contratar Banco, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Alerta no KAPPI.

Fonte	Tipo	Sanção Vigente	Código Referência	Região	Nome Sanclonado	Similaridade com o nome	Publicação	Data Referência	Descrição
ceis	Impedimento/proibição de contratar com prazo determinado		21181001925202361	MG	RADC SERVICOS LTDA	100	Sem Informação	1/1/0001 12:00:00 AM	LEI 14133 - ART. 156, III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR
ceis	Impedimento - Lei do Pregão		288/2022	MG	RADC TEL E S L	100	Diário Oficial	4/2/2022	Art. 7, Lei 10520/2002
ceis	Impedimento/proibição de contratar com prazo determinado		ePAD 34.093/2023	MG	R SERVICOS LTDA		Informação	12:00:00 AM	CONTRATO, DEIXAR DE ENTREGAR OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNIO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS E, SERÁ DESCREDCENCIADO NO SICAF, OU NOS

Conforme informações do Kapipi, as sanções 3 sanções apontadas não estariam vigentes. Porém, o histórico de sanções para uma empresa desse porte foi considerado como alerta.

7 – RELACIONAMENTO COM A PBH, UNIÃO E MG

7.1 Relacionamento com a PBH nos últimos 5 anos

Item de Avaliação	Qtd.
Quantidade de contratos em vigência ou encerrados	6
Denúncias no sistema da Ouvidoria Período Pesquisado: até 21/11/2024	0
Sanções, nos últimos 5 anos, publicadas no DOM	3

SANÇÕES PUBLICADAS NO DOM:

DOM 14/11/2024

O Gestor do contrato em questão, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 11º, do Decreto nº 18.096/2021, comunica a decisão de APLICAÇÃO DE PENALIDADES, ADVERTÊNCIA E MULTA POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS.

7.4. Formulário de Due Diligence e Relatório de Avaliação de Integridade - RAI

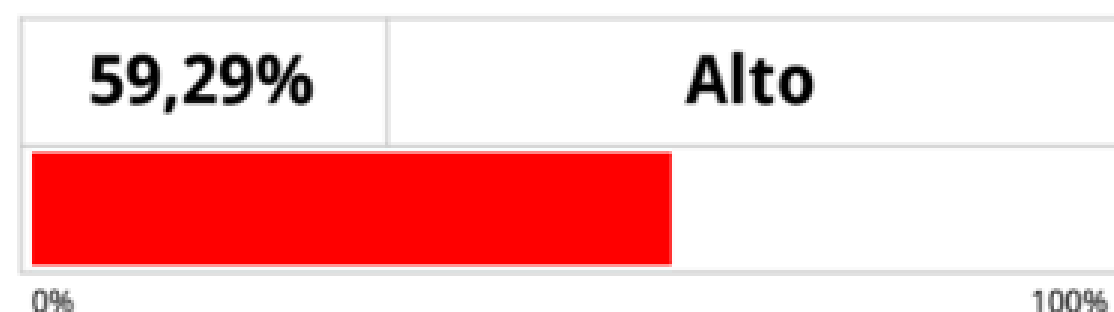
As pessoas jurídicas - PJ, contratadas pela administração pública direta, autárquica ou fundacional para execução de obra ou serviço de engenharia com valor superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) e de serviços ou compras com valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) devem se submeter à Avaliação de Integridade, conforme determinação da Lei Municipal no 11.557, de 26 de julho de 2023 e regulamentação do Decreto no 18.609, de 18 de janeiro de 2024.

Para realização da referida Avaliação, antes da assinatura do contrato ou da celebração de aditivo contratual ou, ainda, a qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, o sócio ou representante legal da PJ deve preencher o Formulário de Due Diligence. A partir das informações prestadas pela PJ, o órgão contratante emite o Relatório de Avaliação de Integridade - RAI, contendo o respectivo Grau de Risco de Integridade - GRI.

O RAI tem como objetivo subsidiar o gestor ou o fiscal do contrato, conforme o caso, com informações para que ele possa promover medidas de melhoria na gestão e fiscalização, incluindo a adoção de ações mitigatórias, especialmente nos casos de GRI alto, conforme o art. 8º do Decreto 18.609/2024, sem o condão de cancelar e/ou impossibilitar a continuidade do contrato com a empresa.

A empresa xxxxx preencheu o Formulário de Due Diligence, encaminhado pela PBH e foi emitido o respectivo Relatório de Avaliação de Integridade - RAI, cujo grau de Risco de Integridade verificado foi identificado como Alto, com o percentual de 59,29%.

Grau de Risco de Integridade



Os pontos de atenção a riscos do RAI foram:

- A empresa não promove cursos de capacitação sobre o comportamento ético a ser observado na execução da prestação de serviços.
- A empresa não possui canal de denúncias para o recebimento de manifestações sobre irregularidades.
- A empresa não possui procedimentos de investigação interna e de responsabilização.
- A empresa ou suas filiais já tiveram algum contrato firmado com a Administração Pública ou processos licitatórios dos quais sofreram sanções administrativas (multa, suspensão temporária, declaração de inidoneidade, impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), nos termos da Lei de Licitações e Contratos 8.666/1993, da Lei nº 10.520, de 2002 ou da Nova Lei de Licitações 14.133/2021, nos últimos 5 anos. Em adendo, a empresa

A empresa xxx é uma pequena empresa, com somente um sócio, possuindo imóvel sem identificação, sem website ou rede social ativa. O relatório Kappi apresentou informações dando indícios que a empresa não possui funcionários.

Diante do pequeno porte da empresa e de outros pontos acima elencados, suspeita-se que há inconsistências no preenchimento do formulário de Due Diligence, já que, aparentemente, a empresa não possui Plano de Integridade, apesar de ter apontado sua existência.

A empresa também assinalou positivamente que avalia o grau de risco das empresas de seus fornecedores e possui política de segurança da informação e procedimentos institucionalizados para sua execução, em relação a dados disponibilizados pelo município, o que também não aparenta ser verdadeiro.

Assim, é preciso comunicá-la para que forneça esclarecimentos sobre o Programa de Integridade adotado, tendo em vista inclusive que a empresa afirma não possuir canal de denúncias e outros pilares importantes de integridade, como a avaliação de riscos. Essas informações são essenciais para assegurar que a empresa mantenha um ambiente de compliance efetivo e alinhado às melhores práticas do mercado. Quanto melhor o ambiente de integridade, maior a mitigação dos riscos envolvidos na execução dos serviços

Percebe-se que os contratos anteriores e os vigentes entre a PBH e a empresa possuíam valores de menor vulto, à exceção do contrato com a SMED, subsidiador da presente análise, o qual tem um valor superior a 1 milhão de reais.

Aponta-se que a verificação inicial, já identifica que a empresa sofreu penalidades de outros entes governamentais e da própria PBH e da Câmara de Vereadores de BH, especialmente por descumprimentos contratuais e recusa injustificada de prestação de serviços. A empresa citou, no preenchimento do formulário de Due Diligence, a existência de algumas dessas penalidades.

Diante dos alertas apontados, já haveria necessidade de adoção de medidas adicionais de controle pelo gestor e pelo fiscal em relação à execução do contrato.

No entanto, cumpre apontar outros fatos relevantes relacionados à empresa.

A Diretoria de Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção - DICC abriu Designação SUTRANSP 012/2023 para investigar preliminarmente a empresa xxx, e analisar a ocorrência de possíveis atos lesivos da Lei Federal 12.846, Lei Anticorrupção.

A investigação ainda segue em curso, porém, aponta-se que já foram encontrados indícios de que a empresa xxx e uma outra empresa, yyyy, possuem o mesmo endereço, sócios e atividades. E que a yyyy foi penalizada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer em 2023, por descumprir, de forma recorrente, diversas cláusulas contratuais ao longo de sua vigência, ficando impedida de contratar e licitar com a administração pública, por 3 anos.

Também há indícios de que as duas empresas utilizam-se de interposta pessoa, no papel de administrador da empresa, já que um terceiro, de nome wwwww, é quem dirige as empresas, mesmo não constando do quadro societário.

Assim, entende-se que os alertas apontados, especialmente o histórico de descumprimentos contratuais e aplicações de penalidades, tanto para a empresa xxxx como para a empresa yyyy, o alto valor do contrato entre a empresa xxxxx e a SMED, em comparação com contratos anteriores, bem como a existência de investigação em curso, que traz indícios de ocorrência de fraude em licitações por parte das empresas, constituem riscos traduzidos como pontos de atenção para que sejam adotadas medidas adicionais de controle pelo gestor e pelo fiscal em relação à execução do contrato, conforme Plano de Ação.

Importante frisar que o apontamento de riscos relevantes não tem o condão de impossibilitar a formalização/execução do contrato, ficando a cargo dos gestores e responsáveis pela fiscalização do contrato a adoção de medidas mitigadoras e corretivas necessárias.

9 – ENCAMINHAMENTOS

Propõe-se o envio deste Relatório de Riscos à Controladoria-Geral do Município com as seguintes sugestões de encaminhamento:

1. À **SMED** para ciência deste relatório e adoção de medidas adicionais de controle e mitigação de riscos em relação à execução do contrato, especialmente em relação aos alertas apontados, em conformidade com o Plano de Ação anexo, inclusive efetuar diligências à empresa, relacionadas à inconsistência identificada na resposta ao Formulário de Due Diligence e encaminhar à contratada o Guia de Integridade para Instituições Privadas, disponível em: [guia_integridade_iniciativa_privada.pdf \(pbh.gov.br\)](#), com a sugestão de que seja estabelecido um canal de comunicação aberto e transparente com a contratada, em relação aos critérios de integridade e às expectativas de conformidade.
2. Registrar regularmente as medidas de controle adotadas no Plano de Ação.

AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

PLANO DE AÇÃO PARA MITIGAÇÃO DE RISCOS - EXECUÇÃO DO CONTRATO

Instrução de preenchimento: os itens em vermelho deverão ser preenchidos pelo gestor ou fiscais do respectivo contrato.

1 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Empresa: xxxxx
Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços - Processo: 01.008.095.24.69 - Nº do IJ: 01.2024.0800.0009.01.00
Data de assinatura: 04/03/2024.
Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Gestor do contrato: <i>{inserir}</i>
Fiscal(is) do contrato: <i>{inserir}</i>
Data de Encaminhamento do Plano de Ação: /

2 - PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS:

Foi identificado risco de corrupção, em função dos seguintes achados:

- Existência de ação civil pública em desfavor da empresa; e
- Existência de notícias de corrupção em contratos públicos.

Documentos de referência: Relatório de Avaliação de Integridade - [RAI](#), e Relatório de Riscos 11 - Designação SUTRANSP nº 001/2024

3 - MEDIDAS DE CONTROLE SUGERIDAS

Descrição: Implementar medidas adicionais para intensificar a fiscalização e monitoramento da execução do contrato, com o objetivo de mitigar os riscos identificados na Avaliação de Integridade

Atividades sugeridas:

- Avaliar a execução do contrato por meio de instrumentos de controle, como planilhas de controle, indicadores de desempenho, relatórios e checklist periódicos, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:
 - resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
 - recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
 - adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
 - cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
 - satisfação do público usuário.
- Exigir relatórios regulares da contratada sobre suas atividades e realizar reuniões, sempre que necessário, registrando em ata todos os encaminhamentos e discussões.
- Elaborar um cronograma detalhado de pagamentos vinculado ao cumprimento das etapas do contrato, estabelecendo marcos para a liberação de recursos financeiros.
- Implementar um procedimento rigoroso de verificação de todos os documentos fiscais e relatórios de execução apresentados pela contratada antes da autorização de qualquer pagamento. Isso inclui a conferência de notas fiscais, recibos e comprovantes de cumprimento dos requisitos contratuais.
- Associar os pagamentos à realização de inspeções periódicas e avaliações de qualidade dos produtos ou serviços entregues. Um sistema de feedback e aceitação formal por parte do gestor/fiscal do contrato deve ser instituído, assegurando que as entregas atendem aos padrões de qualidade estipulados no contrato.
- Descrever e documentar qualquer não conformidade ou problema identificado durante a fiscalização e desenvolver um plano de ações corretivas, prevendo medidas corretivas imediatas.
- Aplicar penalidades em caso de descumprimento de prazos ou de cláusulas contratuais, nos termos da legislação vigente.
- Informar à Controladoria, caso sejam identificados indícios de atos lesivos previstos no art.5º na Lei federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
- Estabelecer procedimento para monitorar a validade do RAI, assegurando sua atualização em tempo hábil, nos termos do art.11, inciso I, do Decreto 18.809/24.

4 - AÇÕES E MEDIDAS ADOTADAS PELO ÓRGÃO/ENTIDADE (a ser preenchida pelo órgão/entidade)

Atividade/ação executada	Responsável	Data	Evidência (documento comprobatório)

Ganhos com a Ferramenta:

Antes: dois auditores levavam 8 horas para elaborar o Relatório

Depois: dois auditores levam 4 horas para elaborar o Relatório com mais dados e análises



Conaci



CGE



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS
CONTROLE GERAL

OBRIGADA!

claudia.fusco@pbh.gov.br
sutransp@pbh.gov.br

CONTROLADORIA



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**



Conaci



CGE



**PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS**
CONTROLADORIA-GERAL